

Responsabilidade Ambiental:



de Mariana a Brumadinho

Impactos X Danos

Impactos Ambientais

Carajás/PA

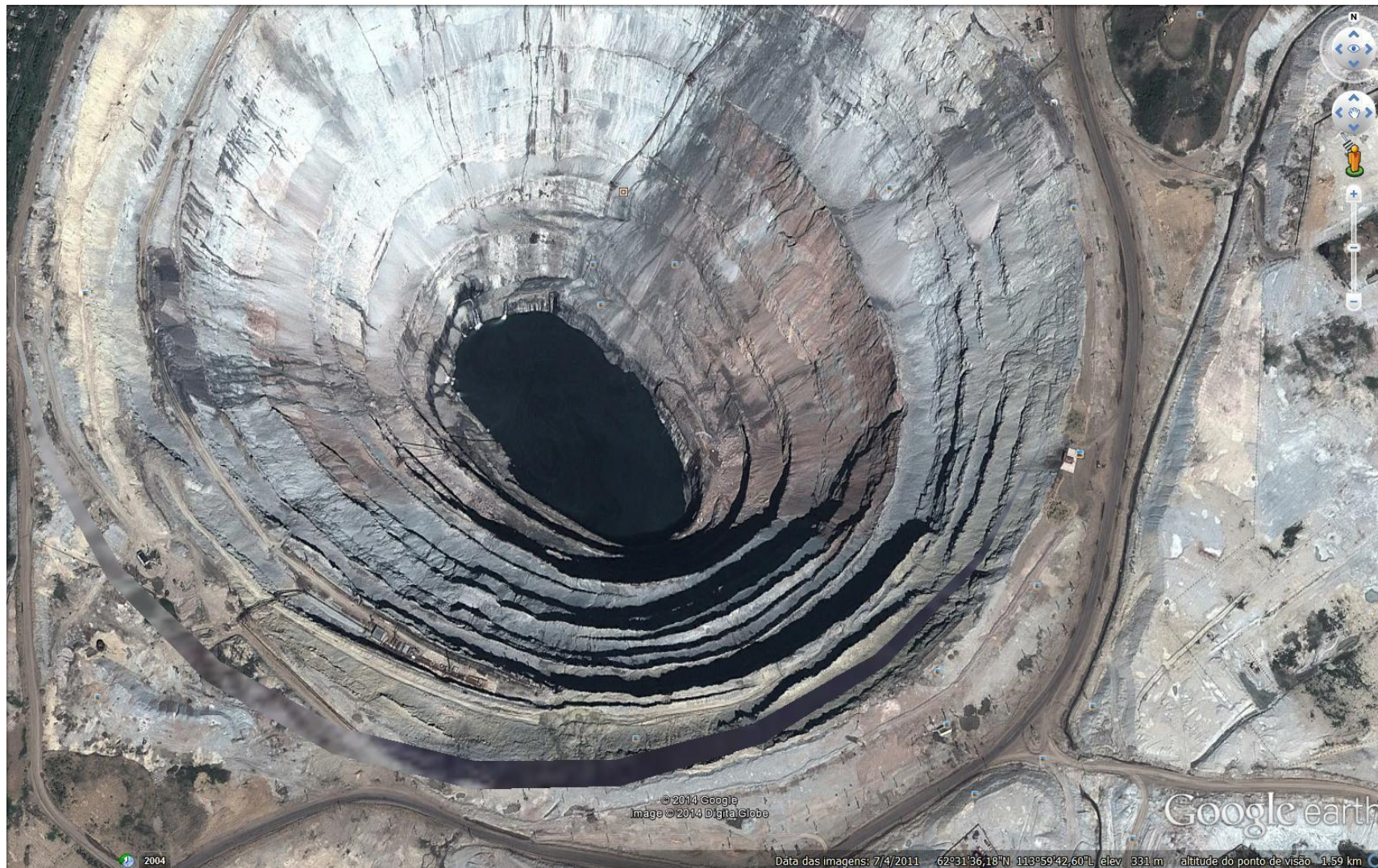


Foto: Salviano Machado

Rússia



Rússia



Canadá

<http://www.davisenterprise.com/localnews/the-true-cost-of-oil-returns-to-davis/>



Recuperação de Área Degradada

Recuperação de Áreas Degradadas

Marco Legal

Art. 225

§ 2º. Aquele que explorar **recursos minerais** fica obrigado a recuperar o **meio ambiente degradado**, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Recuperação de Áreas Degradadas

Marco Legal

Decreto nº 97.632/89

Art. 1º Os empreendimentos que se destinam à exploração de recursos minerais deverão, **quando da apresentação EIA/ RIMA**, submeter à aprovação do órgão ambiental competente, **plano de recuperação de área degradada**.

Recuperação de Áreas Degradadas

Marco Legal

Minas Gerais: Deliberação Normativa nº 220/2018

Plano de Recuperação de Área Degradada

Plano Ambiental de Fechamento de Mina

Poder de Polícia - Ambiental

Constituição da República

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Poder de Polícia - Ambiental

Lei Complementar n. 140/2011

Art. 17. Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização, conforme o caso, de um empreendimento ou atividade, **lavrar auto de infração ambiental** e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

Segurança de Barragens

Segurança de Barragem

Marco Legal

Lei nº 12.334/2010

Política Nacional de Segurança de Barragens

Segurança de Barragem

Marco Legal

Minas Gerais: Decreto nº 46.993/2016

Auditoria Técnica Extraordinária de Segurança de Barragem
Degradada

Segurança de Barragem

Marco Legal

Minas Gerais: Lei nº 23.291/2019

Política Estadual de Segurança de Barragens

Poder de Polícia – Segurança

Lei Federal n. 12.334/2010

Art. 5º A fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama):

III - à entidade outorgante de direitos minerários para fins de disposição final ou temporária de rejeitos;

Danos Ambientais

Responsabilidade Ambiental

Constituição da República

Art. 225

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a **sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.**

Responsabilidade Civil Ambiental

Responsabilidade Objetiva

Lei nº 6.938/81

Art. 14.

§ 1º é o poluidor obrigado, **independentemente da existência de culpa**, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

Responsabilidade Civil Ambiental

Teoria do Risco Integral

Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: a) a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, **informada pela teoria do risco integral**, sendo o nexo de causalidade o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato, sendo descabida a invocação, pela empresa responsável pelo dano ambiental, de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar.

STJ – 2ª Seção – Resp nº 1.374.284–MG – DJ 05/09/2014

Responsabilidade Civil Ambiental

Imprescritibilidade

O direito ao pedido de reparação de danos ambientais, dentro da logicidade hermenêutica, **está protegido pelo manto da imprescritibilidade**, por se tratar de direito inerente à vida, fundamental e essencial à afirmação dos povos, independentemente de não estar expresso em texto legal.

STJ – Resp nº 1.120.117-AC – DJ 19/11/2009

Responsabilidade Civil Ambiental

Imprescritibilidade

Supremo Tribunal Federal

Repercussão geral – RE 654.833

Responsabilidade Civil Ambiental

Solidariedade

A solidariedade nessa hipótese decorre da dicção dos arts. 3º, inc. IV, e 14, § 1º, da Lei 6.398/1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente).

STJ – Resp nº 1.056.040-GO – DJ 14/09/2009

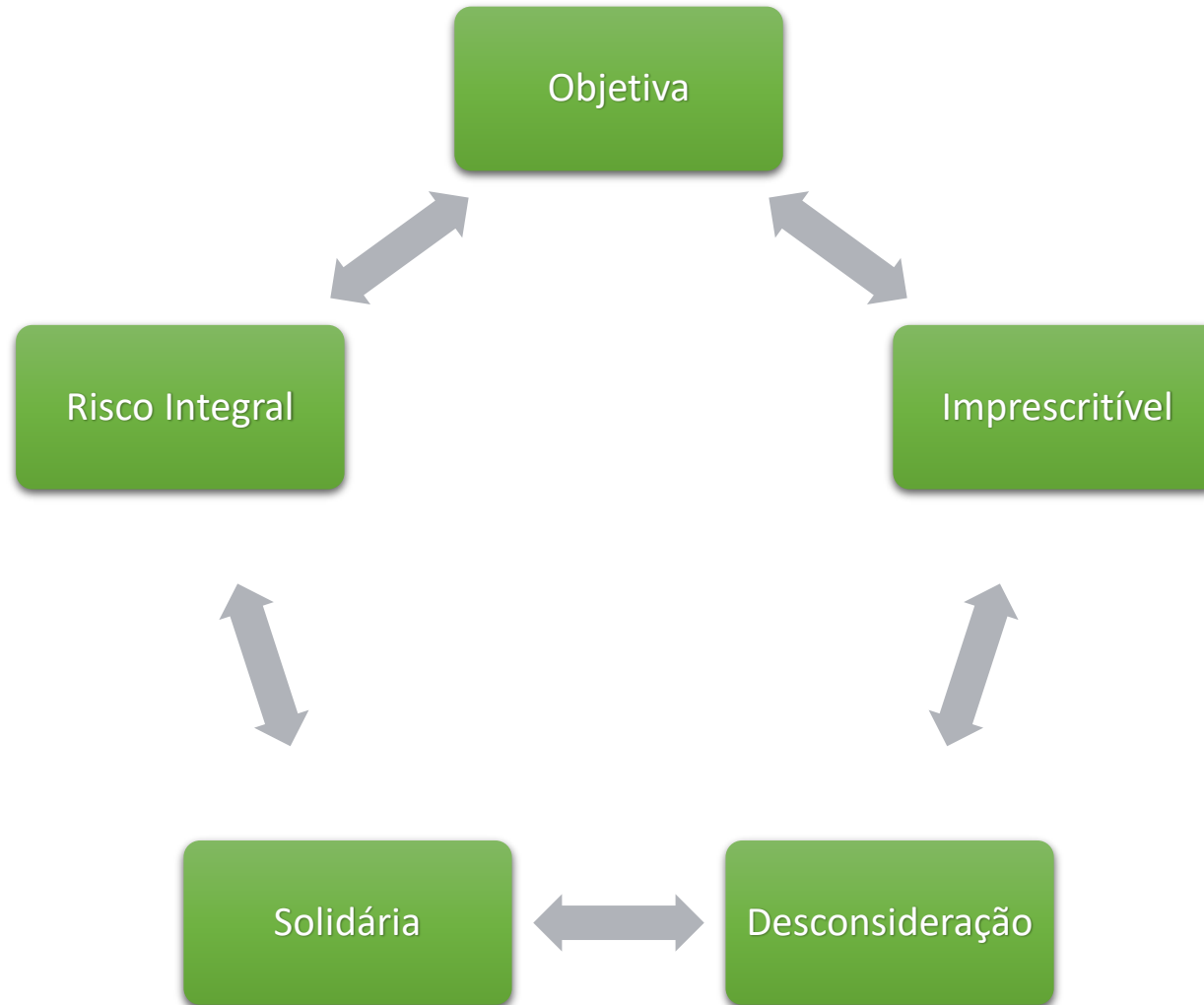
Responsabilidade Civil Ambiental

Desconsideração da Personalidade Jurídica

A teoria menor da desconsideração, acolhida em nosso ordenamento jurídico excepcionalmente no Direito do Consumidor e no Direito Ambiental, incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.

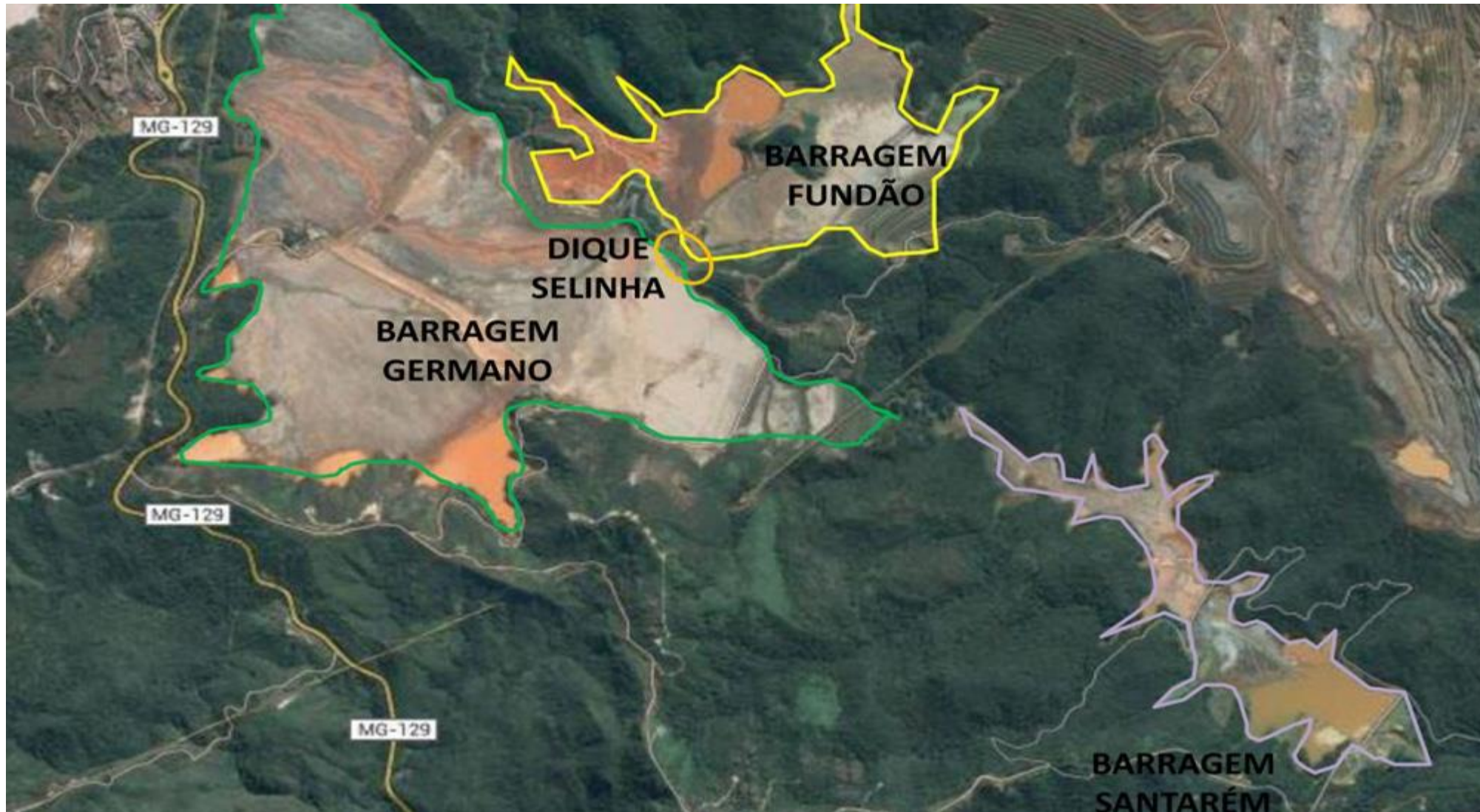
STJ – Resp nº 279.273-SP – DJ 29/03/2004

Responsabilidade Civil Ambiental



Desastre de Mariana

Complexo Minerário da Samarco



Bento Rodrigues



Rio Doce na UHE CANDONGA



Rio Doce na UHE CANDONGA



Do Rio Doce ao Oceano Atlântico



Ação Civil Pública

Poder Público (União/MG/ES)

LIMINAR DEFERIDA EM DEZEMBRO DE 2015:

- Depósito judicial inicial de R\$2 bilhões.
- Indisponibilidade das licenças de concessões para exploração de lavra

Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

TTAC – Março 2016

- Plano global de recuperação socioambiental
- Plano global de recuperação socioeconômica

TTAC

- **Gestão: Comitê Interfederativo**
- **Execução: Fundação Renova**

TTAC

- R\$ 2 bilhões, em 2016.
- R\$ 1,2 bilhão por ano.
- R\$1,5 bilhão: saneamento e resíduos sólidos.
- R\$ 240 milhões por ano, por 15 anos: medidas compensatórias.

Críticas ao TTAC

- Ausência de participação das pessoas atingidas
- Ausência de assessoria técnica às pessoas atingidas

TAC – Governança

Entidades do Sistema de Justiça

- 12ª Vara Federal
- Homologação 08/08/2018

Desastre de Brumadinho

Brumadinho



Barragens de rejeito da Vale - Mina de Córrego do Feijão
(Município de Brumadinho)

Brumadinho



Ação Civil Pública

Estado de Minas Gerais – 6ª Vara de Fazenda Pública Estadual

- R\$1 bilhão de bloqueio no dia do desastre

Ação Civil Pública

Estado de Minas Gerais – 6ª Vara de Fazenda Pública Estadual

- Articulação das instituições do Sistema de Justiça

Ação Civil Pública

Estado de Minas Gerais – 6ª Vara de Fazenda Pública Estadual

- AGE
- AGU
- MPE
- MPF
- DPE
- DPU

Ação Civil Pública

Estado de Minas Gerais – 6ª Vara de Fazenda Pública Estadual

- Pagamentos emergenciais às pessoas atingidas
- R\$40 milhões: ressarcimento ao Estado de Minas Gerais
- Execução direta de obrigações: FIOCRUZ e FUNED
- Segurança hídrica: COPASA
- R\$99 milhões: pagamento de multa ambiental

Soluções?

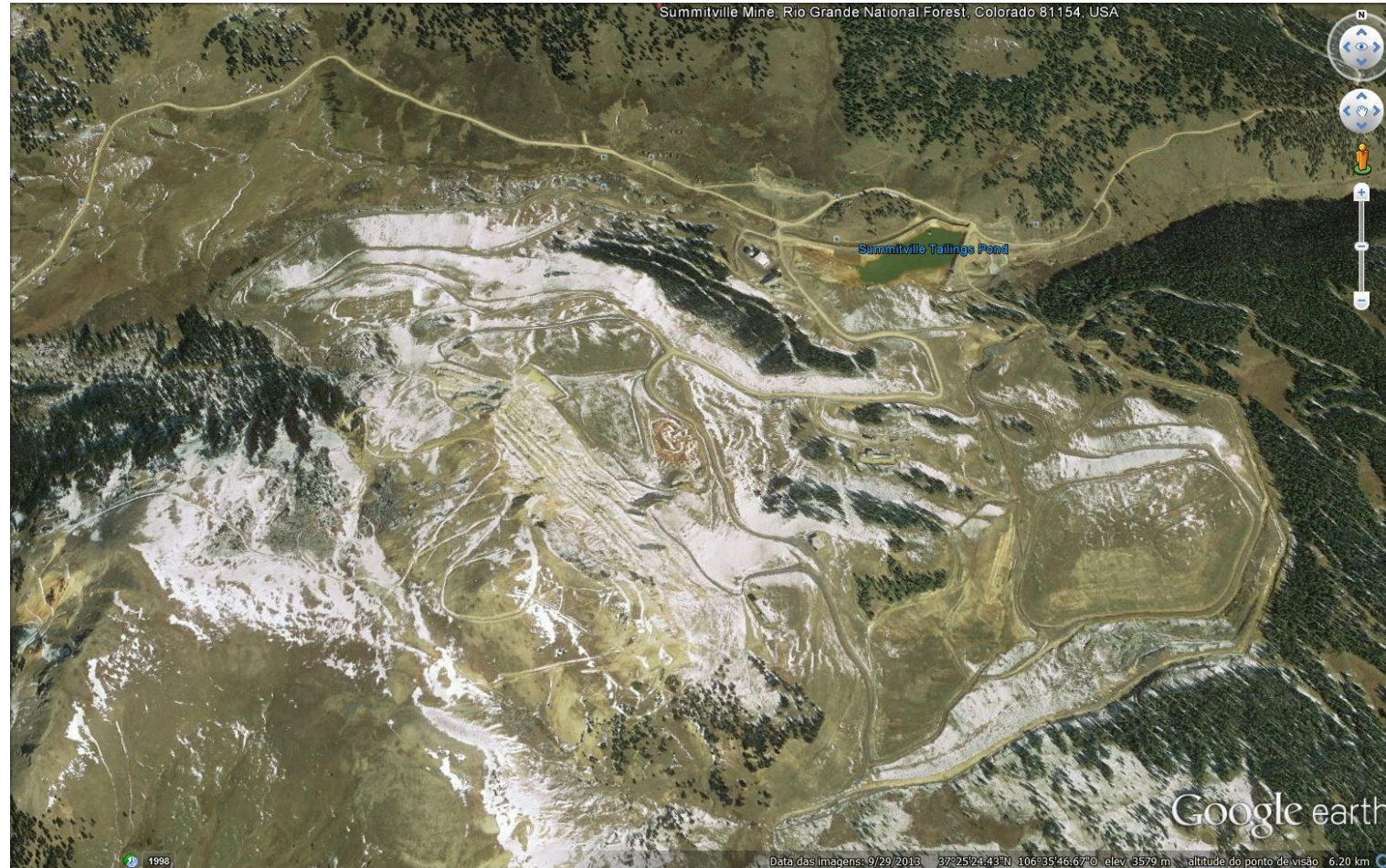
Garantias

- Seguro
- Caução
- Garantia real
- Garantia bancária

Montana – EUA

Mina de Ouro Summitville

Fonte: Colapso—Jared Diamond



Montana – EUA

Mina de Ouro Summitville

Fonte: Colapso—Jared Diamond

- Garantia financeira: US\$4,5 milhões!!!!!!!!!!

Montana – EUA

Mina de Ouro Summitville

Fonte: Colapso—Jared Diamond

- Empresa teve a falência decretada
- Cianeto contaminou um trecho de 30 km de um rio
- **Custo da limpeza: U\$180 milhões!!!!!!!!!!!!!!**

Garantias

- EIA/RIMA pelo empreendedor?!?
- PRAD pelo empreendedor?!?
- Valoração ambiental pelo empreendedor?!?

É isso mesmo?



Considerações Finais

Considerações Finais

Regras claras para licenciamento ambiental e avaliação de impactos

Considerações Finais

Efetiva exigência do Plano de Recuperação de Área Degradada

Considerações Finais

Garantias ambientais efetivas

Considerações Finais

Sistema Efetivo de Controle de Segurança de Barragens

Considerações Finais

Administração Pública Ambiental organizada e eficiente

Minas Gerais

O início de uma saga



Eduardo Galeano

As veias abertas da América Latina

Nada ficou, no solo brasileiro, do impulso dinâmico do ouro, salvo os templos e as obras de arte.

Minas Gerais

O que sobrou?



Romanceiro da Inconfidência
Ouro Incansável
Cecília Meireles

Por ódio, cobiça, inveja,
vai sendo o inferno traçado.
Os reis querem seus tributos,
— mas não se encontram vassalos.
Mil bateias vão rodando,
mil bateias sem cansaço.

Mil galerias desabam;
mil homens ficam sepultos;
mil intrigas, mil enredos
prendem culpados e justos;
já ninguém dorme tranqüilo,
que a noite é um mundo de sustos.

Descem fantasmas dos morros,
vêm almas dos cemitérios:
todos pedem ouro e prata,
e estendem punhos severos,
mas vão sendo fabricadas
muitas algemas de ferro.

Obrigado!

Lyssandro Norton Siqueira

Procurador do Estado de Minas Gerais

Doutor em Direito pela PUC/RIO

Professor de Direito Ambiental

lyssandro.norton@gmail.com

Instagram: @lyssandronorton